



TRANSFORMANDO VIDAS: RELATO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

LETICIA STEDILE

Universidade Federal de Santa Maria
leticiastedile@hotmail.com

MARCUS VINICIUS NASCIMENTO SCHLEDER

Universidade Federal de Santa Maria
marcus.schleder@gmail.com

TALITA GONÇALVES POSSER

Universidade Federal de Santa Maria
talita.gposser@gmail.com

ALEX FABIANO GIULIANI

Universidade Federal de Santa Maria
alexfabianog@gmail.com

RESUMO

Dentro do contexto de vulnerabilidade social, a figura da mulher acaba tendo papel central, pois muitas vezes, por circunstâncias da própria realidade, a mulher assume sozinha a função de chefe de família. Quando observadas as famílias chefiadas por mulheres nas camadas mais pobres da população, de acordo com Carvalho (1998, p. 85), estas são em grande parte associadas às situações de vulnerabilidade econômica, pois a mulher, como único membro adulto do domicílio, é sua provedora, além de assumir funções domésticas e o cuidado com os filhos, o que implica sua vinculação em trabalhos mal remunerados em tempo parcial ou intermitente, gerando assim maiores dificuldades para garantir a subsistência da família. Sendo assim, este artigo visa relatar as atividades desenvolvidas no projeto de extensão Transformando Vidas: Geração de Trabalho e Renda para Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social, compreendendo o ano de 2016 e início de 2017. O projeto atende mulheres de um bairro carente na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Objetivando contribuir para a geração de trabalho e renda às mulheres atendidas, o projeto funciona de forma colaborativa promovendo oficinas e cursos de capacitação na área de artesanato e qualificação profissional. Além disso conta com a implementação de uma horta comunitária.

Palavras chave: Geração de Trabalho e Renda; Inclusão Social; Mulheres

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Gomes e Pereira (2005), no Brasil a exclusão social relaciona-se, majoritariamente, com a pobreza, tendo em vista que as pessoas que ocupam essa condição encontram-se em risco pessoal e social, excluídas das políticas sociais básicas. Ainda segundo os autores, os níveis de pobreza verificados na sociedade brasileira encontram causa decisiva na estrutura desigual da sociedade, tanto no que se refere à distribuição da renda quanto a oportunidades de inclusão social e econômica.

Com a vulnerabilidade social, a figura da mulher acaba tendo papel central, pois muitas vezes, por circunstâncias da própria realidade, esta assume sozinha a função de chefe de família. De forma geral, as mulheres permanecem em trabalhos tidos como precários e vulneráveis, além de receberem os piores salários e possuírem jornadas extensas de trabalho, fruto da acumulação do trabalho remunerado com serviços de cuidado do lar (IPEA, 2016). Rocha et al (2017), afirmam que uma efetiva autonomia e empoderamento da mulher passa pelo reconhecimento que seu bem-estar sofre influência direta de sua independência econômica e emancipação social.

A Vila Maringá, situada na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, pode ser considerada um exemplo de exclusão social, uma vez que a região, conhecida por apresentar altos índices de criminalidade, é composta quase que em sua totalidade por moradores de baixa renda e com pouca escolaridade, os quais vivem em meio a uma realidade de violência e carência de políticas públicas efetivas.

Percebeu-se a necessidade de se desenvolver formas para que mulheres da região alcancem uma maior autonomia social e econômica, nascendo assim o projeto “Transformando Vidas”, administrado pela Congregação Irmãs do Imaculado Coração de Maria, na própria Vila. Com a finalidade de apoiar e fomentar as atividades do projeto, a Universidade Federal de Santa Maria atua no local a partir de um projeto de extensão intitulado Transformando Vidas: Geração de Trabalho e Renda para Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social.

Sendo assim, este artigo visa relatar as atividades desenvolvidas no projeto de extensão supracitado, compreendendo o ano de 2016 e início de 2017. O projeto funciona em um modelo de parceria com a iniciativa privada representada na figura da Congregação Irmãs do Imaculado Coração de Maria, tem como intuito auxiliar na promoção de atividades do projeto e contribuir para a geração de trabalho e renda foram realizadas oficinas de qualificação profissional, criação de um grupo permanente de confecção e venda de artesanato com materiais recicláveis e, ainda, a implementação de uma horta comunitária, que no futuro deverá ser gerida e mantida pelos próprios moradores do bairro.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fim de embasar os objetivos propostos e a realização do projeto de extensão em questão neste artigo, a seguir são abordados dois assuntos pertinentes à realidade do público alvo. No primeiro tópico abordar-se-á a situação da mulher no quesito vulnerabilidade social, e na sequência faz-se uma breve contextualização acerca do tema geração de trabalho e renda.

2.1. VULNERABILIDADE SOCIAL E A SITUAÇÃO DA MULHER

Quando analisado sob uma perspectiva conceitual, DRAE (1992) relaciona diretamente vulnerabilidade com o risco de ser danificado ou ferido, o que se subentende como "agressão" ou simplesmente uma força de origem externa.

Uma pessoa é vulnerável, pois pode ser lesionada, da mesma forma como um navio é vulnerável ao ataque inimigo ou como uma determinada espécie à voracidade de outra. Invulnerabilidade encontra-se na proteção total às forças externas prejudiciais (blindagem) sendo que entre os extremos - vulnerabilidade total (ausência absoluta de defesas ou proteções) e invulnerabilidade - existe uma escala formada por recursos internos ou opções para resolver o efeito externo; quanto mais eles sejam, menor a vulnerabilidade (DRAE, 1992).

No espectro das famílias, o termo refere-se à redução de resultados perante a crises econômicas (Glewwe y Hall, 1995), pois em economia, vincula-se a vulnerabilidade ao desempenho macroeconômico perante a choques externos (French-Davis, 1999).

Moser (1998) contribuiu para a literatura acerca das vulnerabilidades sociais usando uma abordagem focada primordialmente nos recursos a que as populações pobres têm acesso ao invés de suas carências, considerando assim os recursos disponíveis como ponto inicial para um estudo em relação aos ativos econômicos da população urbana e carente, desenvolvendo assim o "*Asset/Vulnerability Framework*". Este estudo incluiu recursos tangíveis, como trabalho e capital humano, recursos produtivos, como habitação, bem como recursos intangíveis, como relações familiares e capital social. Esse autor em seus estudos afirma que a população considerada pobre é responsável por gerenciar uma relação complexa de recursos, ilustrando a forma como afeta a vulnerabilidade e a pobreza das famílias. Sob uma ótica operacional e prática, este *framework* facilitou intervenções sociais que objetivassem promoção de oportunidades e redução de obstáculos proporcionando a famílias carentes a utilização produtiva de seus recursos, ao afirmar que a situação de vulnerabilidade poderia ser contrabalançada a partir de uma adequada gestão dos ativos disponíveis independentemente dos ativos escassos.

Esta definição inicial do "*Asset/Vulnerability Framework*", para Rodriguez (2000), foi posteriormente superada com a análise da vulnerabilidade social como um componente de crescente importância dentro do complexo de desvantagens sociais e demográficas que compõem o conceito de "modernidade tardia". Considerou-se este como o mais relevante traço negativo do modelo de desenvolvimento baseado na liberdade econômica e abertura comercial (Pizarro, 1999; CEPAL, 2000). Esta seria, de acordo com Bustamante (2000), a

manifestação mais clara da carência de poder pela qual grupos humanos específicos, porém numerosos, são submetidos. CEPAL (2000) sustenta que o este é reflexo da grande quantidade de movimentos de entrada e saída da condição de pobreza e utilizou a vulnerabilidade social para elaborar uma análise vinculando a situação microsocia (composta pelos ativos particulares de diversas naturezas das famílias, que podem servir para processos de mobilidade social ou ao menos de melhoria das condições de vida) com a situação macrosocia (a estrutura de oportunidades disponíveis para as famílias e seus membros). Portanto, conforme Katzman (2000), a vulnerabilidade social consistiria precisamente no desajuste entre os ativos e a estrutura de oportunidades, ou seja, os ativos seriam insuficientes, pouco pertinentes ou difíceis de manejar para usufruir da estrutura de oportunidades existente.

Para Koga (2003, p. 19), “a pobreza não se configura apenas pela ausência de renda, mas também por discriminações e sofrimentos que se superpõem, causando, conseqüentemente repercussões nas condições de vida”.

Em relatório emitido pela Fundação Seade (2009) onde são apresentados indicadores de desigualdade racial, vulnerabilidade social de pessoas, famílias ou comunidades pode ser entendida como:

(...) uma combinação de fatores que possam produzir uma deterioração de seu nível de bem-estar, em consequência de sua exposição a determinados tipos de riscos. Neste sentido, vulnerabilidade é uma noção multidimensional, na medida em que afeta indivíduos, grupos e comunidades em planos distintos de seu bem-estar, de diferentes formas e intensidades. (...) a vulnerabilidade à pobreza não se limita em considerar a privação de renda, central nas medidas baseadas em linhas de pobreza, mas também a composição familiar, as condições de acesso e a qualidade do sistema educacional, a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequada, a existência de garantias legais e políticas, etc. (Fundação Seade, 2009, p 24).

Alguns elementos podem ser relacionados diretamente à situação de vulnerabilidade social, tais como a inserção e estabilidade no mercado de trabalho, a debilidade das relações sociais e o grau de regularidade de acesso aos serviços públicos ou outras formas de proteção social (PADOIN; VIRGOLIN, 2010).

Quando observadas as famílias chefiadas por mulheres, quando nas camadas mais pobres da população, de acordo com Carvalho (1998, p. 85), são em grande parte associadas às situações de vulnerabilidade econômica, pois a mulher, como único membro adulto do domicílio, é sua provedora, além de assumir funções domésticas e o cuidado com os filhos, o que implica sua vinculação em trabalhos mal remunerados em tempo parcial ou intermitente, gerando assim maiores dificuldades para garantir a subsistência da família.

Com base nos dados contidos no relatório da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) o comportamento reprodutivo das mulheres brasileiras vem mudando, havendo um aumento da participação das mulheres mais jovens no padrão de fecundidade do País. Houve um aumento da proporção de mães com idades abaixo dos 20 anos. Este aumento foi verificado tanto na faixa de 15 a 19 anos de idade como na de 10 a 14 anos de idade da mãe. A gravidez na adolescência é considerada de alto risco, com taxas elevadas de mortalidade

materna e infantil. Do ponto de vista percentual, a distância entre os tamanhos dos municípios aparenta não ser significativa quanto à concentração de adolescentes mães entre 15 a 17 anos no Brasil, variando entre 7% a 9% do total dessa faixa etária. Porém, em concentração absoluta distribuída pelo total de municípios classificados pelo grupo populacional, o quadro é bem diferente, ficando 200 vezes maior a presença de adolescentes mães nas metrópoles do que nos municípios pequenos. Já o segundo grupo de municípios pequenos (de 20.000 a 50.000 habitantes) apresenta quatro vezes mais adolescentes mães do que o primeiro grupo de municípios pequenos (até 20.000 habitantes).

Estes dados devem ser levados em consideração, visto que famílias chefiadas por mulheres são em grande parte decorrentes de uma gravidez precoce ou indesejada, instabilidade familiar e abandono. Frequentemente essas mulheres foram ou ainda são vítimas de violência doméstica. Estas informações podem ser confirmadas pelos pesquisadores do NEPEC em pesquisa realizada em cortiços na cidade de Santos, onde as mulheres tiveram um destaque especial em relação à vulnerabilidade social, notadamente as que chefiam suas famílias.

As mudanças ocorridas no interior das famílias brasileiras, registradas no Censo 2010 (IBGE, 2012) apontam para uma diversidade de formas e organização, atribuídas aos novos tipos de união (entre os sexos), aumento de mães solteiras e de separações e divórcios, e a novos padrões de sociabilidade e relações de gênero. Em dez anos, de 2000 a 2010, o Censo destaca que o papel da mulher responsável pela família subiu de 22,2% para 37,3% (IBGE, 2012).

Deve ser salientado, porém, que as famílias pobres e monoparentais não são apenas formadas por mulheres que vivem sem seus maridos. O Censo de 2010 demonstra que nas famílias formadas por casais, a grande maioria dos responsáveis e cônjuges tem rendimento (62,7%), independentemente do sexo do responsável. Deve-se ressaltar, contudo, que esse percentual é um pouco superior em famílias nas quais a mulher é responsável – 66,4% contra 61,6% (IBGE, 2012). Outro fato constatado foi a participação feminina com a parte maior dos rendimentos, inclusive nas famílias que contavam com a presença do cônjuge.

De acordo com o Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros (IPEA, 2015), a região Sul é a região que apresenta a maior quantidade de municípios na faixa de muito baixa vulnerabilidade social. Ao todo são 341 municípios, ou 28,7%. Santa Catarina tem 44,4% dos municípios inseridos nesta faixa, o Rio Grande do Sul tem 30,2%, e o Paraná 15,3%. Estes municípios, com muito baixa vulnerabilidade social estão localizados na porção Norte do estado do Paraná, no litoral sul, no Sudoeste e no Centro-oeste do estado de Santa Catarina, além da porção Centro-norte do Rio Grande do Sul.

Conforme afirma Pinto (2011), “as mulheres assumem uma sobrecarga de papéis frente às dificuldades sociais, econômicas e de violência”. Estas dificuldades fazem com que se sobressaiam por um lado a baixa autoestima, as frustrações, os medos e anseios, e por outro, a coragem e a perseverança. Para o autor elas apresentam também um alto grau de vulnerabilidade emocional, seja pela violência e exploração a que foram submetidas, seja pela

fragilização e abandono a que estão expostas, na busca diária de estratégias para a sobrevivência de seu lar.

Aching e Granato (2016), afirmam que quando sob condições de vulnerabilidade social, a maternidade pode ser uma experiência de desamparo, incerteza e solidão. Sendo uma experiência geralmente marcada pela ausência de um parceiro ou pai da criança. A mulher, apesar de apresentar-se em um momento de fragilidade, precisa encontrar ou desenvolver recursos para tomar conta de si mesma e de seus filhos (as). Apesar disso, em seu estudo foi demonstrada a possibilidade da existência de uma maternidade de desenvolvimento de vínculos entre mãe e o bebê mesmo em ambientes sociais precários. Atingir este estágio não é fácil ou simples e Aching e Granato (2016) relatam ainda ser desconhecido se um cuidado ou desenvolvimento de qualidade pode ser sustentado ao longo do tempo nestas condições, mas que pode afirmar-se que a maternidade em situação tão precária por via de regra é uma tarefa emocionalmente exaustiva e desafiadora.

2.2 GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2005, p.18) define em seu documento sobre geração de renda o conceito da mesma como “a possibilidade de criação de força de trabalho que por sua vez gerará renda ao trabalhador”, sendo essa uma das formas mais eficazes para redução do desemprego, o combate à pobreza e a violência, além de favorecer a produtividade, a qualidade e a competitividade. A falta de autonomia econômica expressa na capacidade de gerar própria e coloca as mulheres em uma situação mais vulnerável, aumentando a possibilidade de que importantes grupos de mulheres caiam na pobreza, caso sejam modificadas suas circunstâncias familiares e, portanto, há necessidade de políticas que reforcem a autonomia econômica das mulheres. (SOARES, 2006, p.120).

No Brasil, a desigualdade social fez com que parcela da população economicamente ativa, excluída dos postos formais de trabalho, retomasse formas diferenciadas de organização do trabalho, da produção e da geração de renda com vistas a amenizar o desemprego, a pobreza e a exclusão, em busca da emancipação social (SANTANA et al, 2016). Com isso, o emprego flexível e a informalidade surgem como alternativas para a saída do desemprego, cada vez em índices maiores, de modo a se adequar às novas demandas do mercado.

Segundo orientações da OIT (2005), a implantação de um programa de geração de renda e capacitação profissional precisa seguir uma estratégia denominada Qualificação Profissional Vinculada à Demanda Local. Para isso são necessárias algumas etapas: a) identificação e avaliação da oportunidade de geração de renda; b) desenvolvimento do plano de negócios; c) determinação e captação dos recursos necessários; e) capacitação da equipe envolvida; f) abertura e gerenciamento do negócio criado e g) assessoria profissional até a estruturação do negócio (OIT, 2005). Assim, observa-se que com o auxílio da Extensão Universitária, desenvolve-se um processo de compartilhar conhecimentos, expectativas e dúvidas na construção coletiva de enfrentamentos frente às questões e processos, também definidos coletivamente, como objeto de uma ação transformador, envolvendo também um processo de aprender fazendo entre aqueles sujeitos que estão na universidade e aqueles que

estão na comunidade, contribuindo para a capacitação, geração de renda e inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade social no mercado de trabalho.

3. METODOLOGIA

O presente projeto de extensão se organiza com base em três frentes de trabalho: Artesanato, Qualificação Profissional e Horta Comunitária. Para a efetivação das atividades, conta com uma equipe interdisciplinar composta por docentes de graduação e pós-graduação, os quais realizam o planejamento e executam as ações previstas para ano.

A definição das ações do projeto ocorre de forma participativa, incluindo reuniões com as participantes para definição de metas e avaliação das atividades já desenvolvidas. Dessa forma, no início do ano de 2017 foi realizada uma reunião com as participantes do projeto para traçar os focos que seriam adotados ao longo do período. Dessa forma, ficou estabelecido a realização de oficinas relacionadas ao artesanato, oficinas de qualificação profissional e seria dada continuidade à horta comunitária, que teve suas atividades iniciadas no ano de 2016.

As atividades são desenvolvidas predominantemente no Centro Social do bairro e possuem frequência mensal. Quanto à primeira frente, Artesanato, planeja-se capacitar, com a realização de *workshops*, um grupo fixo de mulheres, as quais já são participantes assíduas do projeto. Os *workshops* são escolhidos com base nas demandas do grupo e buscam complementar os conhecimentos que já possuem. Projeta-se que no decorrer do ano os produtos possam ser introduzidos em feiras da região, com o auxílio dos acadêmicos participantes.

No que diz respeito à Qualificação Profissional está prevista a realização de minicursos, ministrados por acadêmicos e professores da UFSM, além de profissionais convidados sobre temas variados envolvendo o mercado de trabalho, educação financeira e noções de empreendedorismo. Os minicursos serão divulgados e ofertados para a comunidade em geral, estimando-se uma participação de 10 a 15 pessoas por atividade.

Para o desenvolvimento da Horta Comunitária projeta-se sua continuidade com a formação de um grupo de pessoas da comunidade, as quais serão orientadas, periodicamente, sobre o manejo e conservação do solo. Inicialmente a Horta Comunitária atingirá um número reduzido de pessoas, em função de se tratar de um projeto-piloto, pretendendo-se expandir o seu alcance conforme o engajamento da comunidade.

É importante ressaltar que a metodologia deste projeto se baseia na participação do público alvo. A construção e definição das atividades, bem como a sua avaliação se dá em constante troca com as participantes. Dessa forma, sempre ao final de cada ano de trabalho, é realizada uma reunião de confraternização, que conta com um espaço reservado para avaliação das atividades desenvolvidas no decorrer daquele ano.

4. RESULTADOS

Em razão deste artigo versar sobre as atividades desenvolvidas no projeto de extensão Transformando Vidas relativas durante ano de 2016 e início de 2017, o relato está organizado de forma cronológica, inicialmente relatando as ações de 2016 e posteriormente as atividades realizadas no ano corrente.

4.1 ATIVIDADES REALIZADAS EM 2016

No ano de 2016, com a parceria de um docente do curso de Agronomia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), deu-se início ao projeto de construção de uma horta comunitária, estabelecida em área cedida pelo Centro Comunitário do bairro, e gerida pelas próprias participantes. Todo o material para construção dos canteiros e mudas para plantio, foram obtidas com recursos da UFSM e da Congregação Irmãs do Imaculado Coração de Maria, não acarretando em nenhum custo para as participantes. Foram realizados cerca de cinco encontros, nos quais inicialmente foi feita uma capacitação teórica sobre os tipos de hortas, formas de plantio e adubação, posteriormente, iniciou-se a construção dos canteiros e o efetivo plantio de legumes e verduras.

Além das ações relativas à horta, para finalizar as atividades anuais, foi realizado um evento do qual participaram membros da comunidade local, alunos da UFSM e profissionais das mais variadas especialidades. O encontro contou com uma sequência de oficinas, sendo que para iniciar as atividades, foi feita uma dinâmica de integração e fortalecimento dos laços afetivos das participantes do projeto, na sequência foram trabalhadas as seguintes temáticas: psicologia familiar e dinâmica de trabalho em ONGs. As atividades aconteceram de maneira colaborativa, sempre com espaço para colocações e saneamento de dúvidas dos participantes. Uma síntese das ações pode ser vista na Figura 1.

Figura 1: Atividades realizadas pelo projeto Transformando Vidas





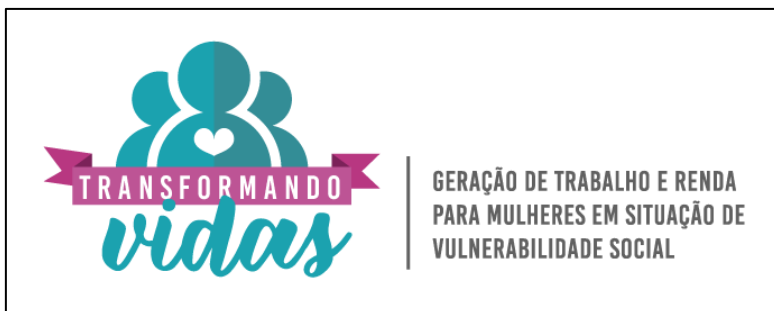
Oficina de psicologia familiar durante evento

Tendo em vista o desejo das participantes do grupo de artesanato de aumentar a venda dos produtos produzidos, definiu-se que a criação de uma identidade visual para o projeto. Assim, um acadêmico voluntário do projeto criou uma identidade visual para o projeto, a qual posteriormente foi apresentada ao grupo de mulheres, que consideraram ser uma marca que poderia ilustrar o projeto em que participam. Planeja-se a criação de adesivos e peças gráficas para acompanhar os produtos comercializados. Os dois modelos criados podem ser visualizados nas Figuras 2 e 3.

Figura 2: Marca em sua forma principal



Figura 3: Marca em sua variação horizontal



Em virtude de demandas da própria comunidade, fez-se também uma oficina de produção de chocolates. Nesta oficina as participantes tiveram a oportunidade de aprender sobre o processo de produção de trufas, técnicas de embalagem e também sobre maneiras de calcular os custos envolvidos na fabricação a fim de determinar o preço de venda dos produtos. Além dos materiais para fabricação, foi fornecido às participantes uma tabela detalhando os custos e o preço de venda sugerido. Nas Figuras 4 é possível ver momentos da oficina relatada.

Figura 4: Oficina de produção de chocolates



Produção de chocolates

Participantes com os chocolates finalizados

5. CONCLUSÕES

Ao longo das ações do projeto, percebe-se o quanto participar do grupo tem contribuído para o desenvolvimento da autoestima e autonomia das participantes. Mais do que resultados econômicos, fica evidente que muitas das participantes buscam no grupo uma sensação de pertencimento e frequentam as atividades devido aos laços que se formaram.

A construção da horta comunitária, além de possibilitar uma economia nas despesas, contribui também para a disseminação do conceito de alimentação saudável, na medida em que torna alimentos como verduras e legumes acessíveis a esse público. Assim como a horta, os produtos confeccionados nas oficinas de artesanato são uma forma de complementação da renda dessas mulheres.

Apesar dos benefícios verificados no decorrer do projeto, ainda há dificuldades em relação ao engajamento no trato com a horta, pois esta exige cuidados constantes e a inconstância na manutenção pode prejudicar seu desenvolvimento. De forma geral, as participantes avaliam o projeto de forma positiva, e estão constantemente solicitando novas oficinas e capacitações. Como contraponto, uma das dificuldades encontradas reside na falta de comprometimento por parte do grupo no que concerne à participação nas atividades propostas. Percebe-se que o engajamento ocorre de forma gradativa, sendo este um desafio perene no processo da ação extensionista.

Em relação ao objetivo do projeto, que é contribuir para a geração de trabalho e renda destas mulheres, acredita-se ser este um objetivo atendido parcialmente, dadas as dificuldades de comercialização dos produtos produzidos devido à produção ainda incipiente. Sendo assim, pretende-se dar continuidade às ações que vem sendo desenvolvidas e trabalhar com foco nos pontos considerados difíceis a fim de que se atinja melhores resultados no curso do projeto.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas** / Miriam Abramovay et al. – Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ACHING, M.C.; GRANATO, T.M.M. **A mãe suficientemente boa em situação de vulnerabilidade social**. Estudos de Psicologia. Campinas. Jan/Mar de 2016.

BARBOSA, R. N. C. **A economia solidária como política pública: Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.**_____. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015.

CARRETTA, R. Y. D.; LOBATO, B. C. **A experiência de um projeto de extensão multidisciplinar no fomento à geração de renda cooperativa e solidária: a contribuição da Terapia Ocupacional**. Revista de Cultura e Extensão USP, São Paulo, v. 4, p. 89-97, oct. 2010. ISSN 2316-9060. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rce/article/view/504>>. Acesso em: 03 aug. 2017.

FUNDAÇÃO SEADE. **Indicadores de Desigualdade Racial – IDR**. São Paulo, 2005.

GOMES, M.A.; PEREIRA, M.L.D. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Famílias e domicílios. Resultados da amostra. Rio de Janeiro, 1–203, 2012.

IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília. 2015.

IPEA. **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014**. Brasília: IPEA. (Nota Técnica, n 24), 2016.

OLIVEIRA, L.M.A. **Vulnerabilidade social e situações de risco**. 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Geração de Renda. Coleção Boas Práticas e Lições Aprendidas**. Disponível em: <http://white.oit.org.pe/ipecc/documentos/renda_generacion_br.pdf> Acesso em: 1 julho, 2016.

PADOIN, I. G; VIRGOLIN, I. W. C. **A vulnerabilidade social como uma dificuldade a participação política**. In: Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão. UNICRUZ, 2010.

PINTO, R.; MICHELETTI, F.; BERNARDES, L.M. et al. **Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social**. São Paulo. 2011.

ROCHA, B. N. et al. **A Dimensão de Gênero no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS): Alguns Apontamentos Teóricos e Analíticos**. *Boletim regional, urbano e ambiental/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, Brasília, n. 16, p. 83-92, jan-jun, 2017.

SANTANA, C. S.; GALVÃO, G. G.; COSTA, P. M. C.; TAVRES, M. F. L. **Geração de trabalho e renda como estratégia de Promoção de Saúde: o caso das mulheres mastectomizadas em Nova Iguaçu, RJ, Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol.21, n.6, p. 1921-1930, 2016.

SOARES, V. (2004), **Políticas públicas para a igualdade: Papel do Estado e diretrizes**. In: GODINHO, T. (org). *Políticas públicas e igualdade de gênero* (Caderno Especial da Coordenadoria Especial da Mulher). São Paulo, Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004.